

Mercantilização da cultura e permeabilidade do social:

comentários à conferência de Ilse Lorena Von Borstel Galvão de Queirós sobre a Oktoberfest de Marechal Cândido Rondon de 1997

Robson Laverdi¹

É preciso dizer, primeiro, que é uma enorme satisfação participar (e interferir) nesta mesa, a convite da professora Ilse Lorena von Borstel Galvão de Queirós, para refletir com e a partir dela e outros colegas, o seu texto sobre a Oktoberfest de Marechal Cândido Rondon realizada em 1997, neste I Ciclo de “Conferências e Interferências do Cepedal. A pesquisa em debate envolve-nos numa trama de questões que chama à atenção para a necessidade de postulação do olhar crítico para a dinâmica contemporânea da cultura vivida e produzida no presente desta cidade. Tendo sido elaborada num campo mais comumente preocupado com outras questões, a Educação Física, a pesquisa encoraja-se a discutir práticas de lazer numa cidade que de muitos modos tem afirmado com grandiloquência a existência soberana da identidade étnica germânica, cuja problemática articula situações históricas locais e regionais inter-relacionadas. De algum modo, fico à vontade para discutir este tema, pois este se encontra situado no chão das preocupações com as dinâmicas sociais da produção da cultura, constituindo-se por interesses diversos, marcados por tensões sociais, econômicas e políticas.

Acredito que a minha fala esteja mais próxima da concordância com os caminhos e reflexões de pesquisa apresentados do que qualquer outra coisa. Para expor aqui separei os comentários em duas partes. A primeira propõe-se a evidenciar questões de fôlego teórico, valendo-se de digressões eminentemente teóricas relacionadas aos estudos culturais, com a intenção de problematizar os usos políticos e econômicos contemporâneos da cultura nas tramas da processualidade da memória. A segunda parte busca evidenciar questões em torno da produção da cultura nas dinâmicas da permeabilidade do social. Vejo muita importância em estabelecer pontes de sentido entre a produção da Oktoberfest de 1997, analisada pela pesquisadora, e as transformações mais amplas que decorreram. O sentido buscado é de pensar historicamente o movimento que a constitui, com situações e interesses específicos.

Nesta primeira parte, de digressão teórica, gostaria de retomar o texto já muito debatido do historiador francês Pierre Nora (1981), especialmente acerca talvez de sua mais conhecida contribuição no Brasil, os *lugares de memória*. Já surrado entre nós, o uso do conceito ainda é apropriado e

oportuno nesta discussão. Assim, emblematicamente, diz o texto clássico de Nora:

O arrancar do que ainda sobrou do vivido no calor da tradição, no mutismo do costume, na repetição do ancestral, sob o impulso de um sentimento histórico profundo. A ascensão à consciência de si mesmo sob o signo do terminado, o fim de alguma coisa desde sempre começada. Fala-se tanto da memória por que ela não existe mais. (p. 7)

Instigante pensar como a invenção da tradição na cidade, tal como denota a conferencista, alimenta-se da idéia de retomada de valores e costumes herdados que até então se faziam esquecidos pelos sujeitos. A germanidade, por assim dizer, afirmada enquanto uma identidade e um conjunto de valores que estariam presentes (e atuantes) nas relações sociais e formas de viver do cotidiano da cidade. Tal como se apresentou no ano de 1997, a festa articulou-se, por assim dizer, como um *lugar de memória*. Nesta direção, ainda vale a inspiração de Nora (p. 13):

Os lugares de memória pertencem a dois domínios, que a tornam interessante, mas também complexa: simples e ambíguos, naturais e artificiais, imediatamente oferecidos a mais sensível experiência e, ao mesmo tempo, sobressaindo da mais abstrata elaboração. São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos.

Há que se constatar que esta edição da Oktoberfest estudada expressou-se por meio da materialidade de uma enorme repercussão visual/midiática e simbólica, ao propor restaurar valores identitários germânicos supostamente perdidos. Foi por sua vez funcional na medida em que propôs “levar” uma cultura “original” à população. Pois, para Nora (1981, p.7):

A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema da sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais [festas e arquitetura germânica]. Há locais de memória por que não há mais meios de memória.

Depreende-se, também, que a Oktoberfest buscou mesclar interesses do renascente mercado do turismo na cidade, impregnando (e sendo impregnado por) valores de consumo às práticas culturais supostamente reestabelecedoras da memória. Nesta via, as políticas públicas tentaram organizar outras formas de controle social e político camufladas pelo jogo midiático. Vale pensar, assim, acerca dos usos folclorizados da cultura, muitas vezes empedernidos da invenção da tradição - da artificialidade, do pressuposto da imutabilidade da cultura. Sobre este aspecto, atento para a reflexão seminal de Michael de Certeau (1995, p. 63), sobre *a beleza do morto*. Como adverte o autor, “o cuidado folclorista, no entanto, não está isento de segundas intenções: ele deseja localizar, prender, proteger. Seu interesse é como o inverso de uma censura: uma integração racionalizada”.

O emprego sensacionalista de adereços (folclóricos) provenientes de uma Alemanha antepassada (e mítica), numa bricolagem de cores e execução de marchinhas tradicionais embalados por pelo ritmo dançante (de toada carnavalesca) atribuem novos sentidos. Pois como ainda alerta Certeau (1995):

Esse interesse é, por outro lado, ambíguo de uma outra maneira. As conotações do termo popular [a cultura que viria do povo], que reencontramos nas revistas folcloristas da época [por que não o

Notas

¹ Professor da Graduação e do Programa de Mestrado em História da UNIOESTE. Coordenador do Centro de Estudos Pesquisas e Documentação da América Latina - CEPEDAL. E-mail: robson_laverdi@hotmail.com.

considerado folclore Alemão] são esclarecedoras: o popular aí está associado ao natural, ao verdadeiro, ao ingênuo, ao espontâneo, à infância. Muitas vezes, o zelo folclorista desdobra-se em preocupações federalistas [por que não municipais?], cujo sentido político é evidente. Não por acaso, o popular é, desde então, sempre identificado com o camponês.

A crítica de Certeau é de relevância para este debate. É preciso, sempre, indagar acerca dos interesses e sentidos políticos dominantes ao atribuírem outros valores aos símbolos da germanidade, tidos como coletivos e sob uma iminente ameaça de perda (GONÇALVES, 1996). Neste sentido, é preciso ponderar acerca da conflituosidade de interesses que marcam os usos da cultura. Numa brilhante reflexão publicada recentemente no Brasil sob título *A conveniência da cultura*, George Yúdice (2004, p. 34) indaga com propriedade a utilização da cultura como um recurso no mundo contemporâneo globalizado. Para este autor:

A noção de cultura sofreu várias mutações para satisfazer as exigências do resultado final. As tendências artísticas, como o multiculturalismo, que enfatizam a justiça social (talvez compreendida como uma representação visual equitativa nas esferas públicas) e as iniciativas para promover a utilidade sócio-política e a econômica foram fundidas numa noção daquilo que eu chamo de “economia cultural”.

Nesta senda reflexiva, caminhando para o final desta exposição destes merece ser considerado o peso da permeabilidade nestes processos de utilização da cultura, tal como observamos na construção histórica das práticas sociais. Sobre esta questão, polemiza com propriedade o antropólogo Antonio Augusto Arantes (2000, p.65),

As sociabilidades contemporâneas são estruturadas pelo e para o mercado. Se o setor financeiro foi a esfera em que primeiro se consolidaram os processos e a tendências hoje identificadas como formadores da alta modernidade, são sem dúvida a circulação e o consumo de bens culturais um dos principais ingredientes das mudanças que ocorreram nos estilos de vida e na formação de fronteiras simbólicas por toda parte.

Neste caminho é instigante pensar como a cultura (dita popular, tradicional) passa ser recuperada (e utilizada) como recurso frente aos processos e dinâmicas contemporâneas vividas no mundo globalizado. Neste sentido, como nos adverte ainda Arantes (2000, p. 65):

Mas, - é sempre útil insistir - longe de simplesmente gerar homogeneidade, o mercado estimula a geração e a circulação de todo tipo de recursos capazes de produzir sentidos de lugar e de diferença. (...) Reciprocamente, a produção cultural mundializada, propicia o enraizamento, no plano local, de tais sentidos globais de lugar. (...) Estamos, portanto, nos referindo a processos que são ao mesmo tempo intra, inter e transnacionais.

Como chama a atenção Arantes (2000), não podemos pensar tais processos que envolvem a mercantilização da cultura como força de mão única. Ao mesmo tempo em que tais situações imprimem exigências, forjam transformações, reificam sentidos conservadores para a memória, buscam construir sentidos estabilizados do passado e a comercializar uma cultura folclorizada e imóvel. Por outro lado, vale atentarmos, noutra direção, para a processualidade do vivido, das rejeições e das subversões. Enfim, atentar para as formas de apropriação e constituição de sentidos das práticas sociais na tensão com as formas hegemônicas que utilizam a cultura como recurso.

Tendo em vista os aportes teóricos e as reflexões a partir do trabalho da conferencista, gostaria de pontuar, ainda, algumas questões.

A Oktoberfest de 1997 parece ter sido o auge da existência da festa na cidade. A partir de então acompanhamos um movimento em curso de refluxo na festa, em termos de público e de *marketing*. Este refluxo não seria em parte uma resposta da permeabilidade do social à força institucional da festa? Embora tendo sido promovida pelo poder público, não teriam estas políticas intervindo nas maneiras como a festa era vivida? Mesmo porque editada pela institucionalidade municipal, a população a vivenciou pela via da apropriação e recriação cultural múltiplas.

É preciso ter claro que a festa permaneceu mudando. A riqueza da trama social e cultural que a reelabora desde então, os embates acerca de sua continuidade, a força das tensões no campo da moral, particularmente acesas pelas práticas profanas da apropriação juvenil, os debates locais que conclamam a sua “moralização” e o retorno às suas “origens”, exclusiva para os munícipes em detrimento da presença de participantes “de fora”. Nesta direção, questiono se não é mais fácil ver a Oktoberfest acontecida em 1997 a partir do presente? As temporalidades e dinâmicas múltiplas das transformações e das tensões vividas a partir dela não nos ajudaria a desvencilhar (e compreender) as tramas de contingência (e conveniência) dos projetos dominantes sobre a festa?

Os usos da cultura como recurso é uma faca de dois gumes. Não parece estar em questão apenas despreziosamente um “resgate” de valores de uma cultura perdida, a ser reeditada no presente. Há muito mais do que isso. Tais caminhos não acirraram os conflitos pautados pela identidade germânica, engendrando a elaboração de estereótipos e estranhamentos múltiplos?

Neste eixo de reflexão, em torno da permeabilidade do social, retomo aqui a fala de uma moradora por mim entrevistada para uma pesquisa sobre a cidade no período. Ao perguntar a ela o que achava da Oktoberfest, retornou: “é uma maravilha!”. E completou, “eu gosto da festa por que ganho uns troquinhos trabalhando de faxineira...”.

De minha parte, agradeço o convite e a atenção de todos.

Referências bibliográficas:

- ARANTES, Antonio Augusto. Paisagem de história: a devoração dos 500 anos. In: Projeto História. São Paulo, PUC/SP, 2000.
- CERTEAU, Michel. A cultura no plural. Campinas, Papirus, 1995.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. A retórica da perda. Rio de Janeiro, UFRJ/MinC/IPHAN, 1996.
- NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo, PUC/SP, n° 10, 1993.
- YÚDICE, George. A conveniência da cultura. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2004.